

Edição v. 44
número 2 / 2025

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 44 (2)
mai/2025-ago/2025

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

DOSSIÊ

Protagonismo social e integridade da
informação pública: a necessária mediação
pró-soberania

Social protagonism and integrity of public
information: the need for mediation towards
sovereignty

MONIQUE FIGUEIRA

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: moniquefigueira@proton.me. ORCID: 0009-0003-7587-4191

BIANCA LOPES

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: bianca.lopes@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0471-1080

FERNANDA VALLE

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: fvallegalvao@gmail.com. ORCID: 0000-0002-4156-027X

MÁRCIA QUINTSLR

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: marciameloq@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1737-4124

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

FIGUEIRA, Monique; LOPES, Bianca; VALLE, Fernanda; QUINTSLR, Márcia. Protagonismo social e integridade da informação pública: a necessária mediação pró-soberania. **Contracampo**, Niterói, v. 44, n. 2. 2025.

Submissão em: 22/08/2024. Revisor A: 27/02/2025; Revisor B: 12/05/2025. Aceite em: 12/05/2025.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v44i2.64336>



Resumo

O ensaio trata a informação pública pelo enlace entre protagonismo social, soberania digital e política. Considerando a perspectiva sistêmica e de longa duração, desde a cibernética de segunda ordem até a economia política contemporânea, exploramos a centralidade do conceito de mediação e o papel do Estado como mediador da informação. No contexto da plataformização, analisada de modo interdisciplinar e dialético, as novas demandas de informação e comunicação para protagonismo são ameaçadas por fenômenos como desinformação, perfilamento em massa e distorção da realidade, que colocam em risco a soberania. Frente às contradições entre protagonismo e soberania, entre caixas-pretas e a chamada abordagem verística, a integridade da informação e a participação social nos servem como âncoras ou bússolas para promover e articular a pluralidade democrática.

Palavras-chaves

Cibernética; Mediação; Desinformação; Integridade da informação; Soberania.

Abstract

This essay explores how public information intersects with social protagonism, digital sovereignty, and politics. We consider the systemic and long-term perspective, from second-order cybernetics to contemporary political economy, to discuss the concept of mediation and the State's role as an information mediator, examined through an interdisciplinary, dialectical lens. Within the platformization landscape, new information and communication demands for social protagonism are impacted by disinformation, mass profiling, and distortion of reality, all of which jeopardize sovereignty. Experiencing the contradictions between protagonism and sovereignty, between black boxes and the so-called veristic approach, information integrity and social participation serve as anchors or compasses to promote and articulate democratic pluralism.

Keywords

Cybernetics; Mediation; Disinformation; Information integrity; Sovereignty.

Introdução

De fato, não tem sentido usar o conceito epistemológico de caixa preta para representar concretamente os objetos, enquanto todas as coisas por nós pesquisadas resolvem-se em dados inteligíveis desvendados pelo trabalho perscrutador da atividade prática ou da pesquisa científica. Assim, a caixa preta tem sempre sentido relativo, ou antes negativo, pois sua função consiste em deixar de ser “caixa” e de ser “preta” para se tornar reflexo inteligível da realidade do mundo, com todo seu inerente colorido.

(Álvaro Vieira Pinto, 2005, p. 289)

A Constituição Federal brasileira de 1988 associa protagonismo social à soberania, como destacado por Saldanha (2020), ao instituir como objetivo a promoção do bem de todos, sem discriminação. O Estado Democrático de Direito prevê que os rumos do país precisam estar alinhados com a prática da cidadania em sua diversidade, em que a informação é central para o acesso, representação e aquisição de conhecimento a partir do registro e interação em diferentes suportes e canais de comunicação. O estudo da produção, circulação e uso da informação que tanto influenciam, quanto resultam das políticas públicas, requer aprofundar a compreensão das amplas relações infocomunicacionais atinentes. Pela perspectiva sistêmica, nosso ensaio adota o legado da cibernética de segunda ordem e a noção de regime de informação para contemplar relações de poder inerentes, inspirando a exploração dos múltiplos fatores abordados a seguir.

Examina-se a imbricação sistêmica entre protagonismo e soberania sob as dimensões política, ética e epistemológica, demarcadas por Schneider (2013) como fundamentais para o exercício reflexivo sobre a informação em sua face enquanto saber, observadas à luz da interdisciplinaridade entre a comunicação social e a ciência da informação. As relações infocomunicacionais são estruturantes do exercício desse protagonismo, no qual diferentes técnicas e tecnologias se apresentam como uma constante da evolução humana. Para adentrar a questão da informação pública, é imperativo considerar como as dinâmicas da vida cotidiana são mediadas atualmente pelas plataformas digitais, que se autoproclamam intermediárias neutras, por onde a desinformação e o negacionismo científico estão sendo mobilizados em larga escala.

Verifica-se o seguinte pressuposto: as ações de mediação comprometidas com o protagonismo social e com a integridade da informação pública consistem em fortalecimento da soberania. Para isso, recorreremos à fundamentação teórica do contexto macro, de longa duração, e alguns dos princípios e contradições envolvidos. São exploradas concepções possíveis para conformar o regime de informação e comunicação vigente em favor do protagonismo e da soberania. Complementa tal pressuposto a percepção de que seus elementos guardam certa simetria, uma vez que a preservação da soberania resulta em consolidação do protagonismo social, que, por sua vez, requer o zelo pela qualidade ou a chamada integridade da informação, vista como um bem público.

Relações de poder permeiam a análise almejada, sob a perspectiva ampla do Estado e da história, como arenas de constante tensão e negociação. A soberania tecnológica ou política é concebida a partir da materialidade concreta que ora promove, ora nega a participação pública, em oposição ou até composição com a abordagem estadocêntrica vertical. O estudo diz respeito à disputa de narrativas e visibilidades atribuídas ou negadas em sistemas complexos, pois abertos. Nesse horizonte interdisciplinar, o objetivo da análise descritiva, de base teórica, é avançar no debate sobre a compreensão da interdependência entre protagonismo social e soberania a partir do conceito de mediação, aqui associado à informação adequada para tornar tal interdependência promissora na afirmação de relações democráticas robustas.

Para tanto, busca-se contribuir com as seguintes reflexões: a) até que ponto a promessa de eficiência e objetividade da plataforma mediadora de processos diversos ancorados em perfis estabelecidos a partir de *big data* e inteligência artificial representa a realidade complexa? Tal mediação

vai ao encontro do protagonismo social, alinha-se ao bem comum ou à coletividade? Reforça a soberania tanto digital, quanto política, mitigando a desinformação?; b) as ações de mediação infocomunicacionais, fora ou no âmbito do Estado, junto ao sujeito que busca acesso à informação, são consistentes com o protagonismo social que lhe é devido sob democracia?; c) qual o papel do Estado e seu sistema de peritos nas contradições presentes nas práticas informacionais de mediação?; d) a mediação da informação e a busca pela chamada integridade da informação propiciam caminhos para a mútua concretização do protagonismo social e da soberania?

A estrutura do ensaio adota as três dimensões, política, ética e epistemológica, para orientar a análise dos enlaces entre protagonismo social, soberania, mediação e informação pública, onde diferentes técnicas e tecnologias se desenvolvem e hibridizam. Três abordagens analíticas e teóricas distintas, porém complementares e conectadas.

Na primeira seção prevalece o olhar político e sistêmico. Sob a lente dialética, a mediação das plataformas digitais aponta para a ambivalência do caráter informativo e desinformativo, dependente de circuitos de produção, distribuição e acesso hegemônicos. A cibernética de segunda geração e a teoria dialética da informação, centradas em Vieira Pinto (2005) e Wilden (2001), alertam para a necessidade de abrir as caixas-pretas e o risco da crença acrítica nas ditas revoluções tecnológicas. O Estado surge para reflexão a partir de Giddens (1991), especialmente o conceito de sistemas de peritos, bem como a noção de regime de informação, sustentado por González de Gómez (2012), que estabelece a conexão entre diferentes relações de poder, propiciando abordagem crítica de políticas e ações de informação. Avançam sobre a dimensão política e sistêmica episódios de mediação da informação pelo Estado, contradições frente ao propósito democrático e considerações sobre a “soberania tecnológica popular” (Barreto; Lopes, p. 34).

A segunda seção aborda como o protagonismo plural e democrático se alinha à soberania *vis a vis* a mediação infocomunicacional, com destaque para três tipos de atores, o demandante da informação, que busca protagonismo, o profissional da informação, com a função de mediar, e o Estado, em sua multiplicidade criadora e gestora de diferentes formas de informação. É explorado o conceito de transferência em González de Gómez (1993), que antecipa o risco da desordem informacional hoje observada. A mediação é descrita sob diferentes ângulos, trazendo elementos das áreas da comunicação e da ciência da informação.

Destaca-se, sob a dimensão ética, a mediação da informação para a garantia do protagonismo social, através da ordem em dados, metadados, documentos e seus respectivos processos de representação sintática e semântica, em diferentes suportes – desde as tábuas de argila e do códice vegetal aos sistemas informatizados. Para uma observação de contornos políticos e impactos éticos amplificados da mediação, recorre-se ao chamado “Estado de mediação” (Valle; Quintslr; Saldanha, 2021) e aos mecanismos de representação inerentes, também associados ao olhar dialético de Estivals (1981). Essas contradições são ilustradas na demanda e oferta de informação pelo Estado brasileiro.

As duas abordagens anteriores avançam na consideração da mediação da informação analógica ou digital como promotora do mútuo fortalecimento da soberania e do protagonismo. O terceiro e final enfoque introduz a integridade da informação, um possível caminho para esse robustecimento mútuo, apresentando-a como uma antiga noção que volta a ganhar proeminência. São descritas potencialidades e fraquezas dessa noção e de sua nova roupagem, ativando o olhar epistemológico. Mais uma vez González de Gómez (2022) contribui com o debate a partir da retomada da “abordagem verística da informação”, como uma virada epistemológica para a ciência da informação que iguala em importância características como relevância e qualidade da informação. A despeito do cenário macro configurado por caixas-pretas e desordem informacional, apresentam-se iniciativas nacionais e internacionais em favor da informação de qualidade.

O olhar político e sistêmico: as caixas-pretas frente o inerente colorido da realidade

Muito se fala sobre desinformação, plataformas, algoritmos e inteligência artificial. As reflexões que mais circulam costumam ignorar ou até contrariar a crítica à cibernética clássica, um vasto legado transdisciplinar que revela a artificialidade dos sistemas fechados e das ditas caixas-pretas. Nesta seção, aliamos a cibernética de segunda geração ou segunda ordem com a teoria dialética da informação para analisar sistemas abertos. Nos fenômenos sociais, a objetividade não se dá pela separação objeto-sujeito, mas pela mediação em constante evolução. A noção de caixa-preta, no contexto da governamentalidade algorítmica (Rouvroy; Berns, 2015), ganha outra conotação — aquela do desconhecimento das fontes de dados e critérios que agrupam pessoas ou entes segundo perfis, visando enquadrá-los com objetivos majoritariamente comerciais e financeiros.

O debate teórico se faz necessário porque o pensamento dominante no Ocidente é lógico-formal, cujo positivismo está refletido por toda a parte, no senso comum, na mídia e, inclusive, na academia. Por exemplo, o determinismo tecnológico é renovado atualmente quando se identifica de modo linear o efeito das plataformas sobre os rumos eleitorais ou que alienação, notícias falsas e autoengano ocorrem somente como produto da extrema-direita. Casos como o recente adiamento da lei das *fake news* pelo Congresso brasileiro, a omissão de informações pelo Estado sobre populações marginalizadas ou esclarecimentos oficiais distorcidos sobre eventos climáticos demonstram que a leitura simplificadora não é pertinente.

Propomos o caminho do meio, o da dialética, o espaço de contato que é também o da contradição e da mediação. A teoria dialética da informação foi explicitada por autores como Wilden (2001), Dantas (2015), Ormay (2015) e outras pesquisas na economia política da informação, comunicação e cultura. A dialética da informação dialoga com a cibernética de segunda geração, elaborada por Gregory Bateson nos Estados Unidos e, no Brasil, por Álvaro Vieira Pinto, na década de 1970, apesar do autor não se nomear nesta corrente. O escopo da teoria dialética da informação abarca a totalidade dos processos materiais, tanto os inorgânicos, quanto os orgânicos e sociais. Na terminologia de Vieira Pinto (2005, p. 97), as máquinas e os algoritmos são entes “cibernéticos por construção”, enquanto qualquer forma de vida sempre foi “cibernética por natureza”, operando por mecanismos de controle, comunicação e retroalimentação. Em vez de diferenciar as duas categorias, deve-se primeiramente reconhecer as relações e contingências.

Os sistemas metaestáveis se organizam por tipos lógicos com relativa liberdade semântica, o que explica como certa informação para um certo subsistema pode ser mero ruído para outro (Wilden, 2001). Elementos sem comunicação *a priori* tendem a não conseguir acessar, logo, in(formar) outros componentes. A depender do momento do dia, aprecio ou ignoro o canto dos pássaros, mas, de qualquer maneira, a função para mim será diferente da intenção original do emissor. De modo grosseiramente semelhante, mas por analogia concreta, um negacionista toma evidências científicas como ruído, pois sua formação cognitiva opera em outro subsistema.

No caso dos sistemas artificialmente fechados, Bucher (2018) também corrobora a epígrafe de Vieira Pinto: os algoritmos não são uma caixa, nem são pretos. Bucher refuta a metáfora pois não se trata de um receptáculo estável e independente, os algoritmos fazem parte de sistemas abertos dinâmicos, operados como uma coleção de regras em rede. Na verdade, o que há para saber sobre os algoritmos não está dentro da caixa, mas nas intencionalidades da sua mediação.

Olhemos para fora, o contexto do sistema capitalista. A longa duração da mediação absoluta do valor de troca se intensifica com as tecnologias de informação e comunicação (TICs), expandindo exponencialmente a escala e o volume da acumulação privada. A ascensão das plataformas tem pouco mais de dez anos, após o *boom* dos *smartphones* por volta de 2010. O celular passou a ser o mercado na mão do indivíduo, com comunicação individualizada e ultra-segmentada, abarcando múltiplos e construídos

tipos lógicos, na linguagem de Wilden. Para o algoritmo pouco importa se o conteúdo é edificante ou tóxico, verdade ou mentira, busca-se associar anúncios patrocinados a potenciais consumidores.

No contexto geral de neoliberalismo, as plataformas catalisam a desestabilização das estruturas tradicionais da modernidade que antes organizavam o ambiente político, científico, legal e midiático no século XX (Cesarino, 2022). É nesse sentido amplo e integrado que a quebra de confiança nos “sistemas peritos” (Giddens, 1991) conecta a crise nos partidos políticos, na ciência e na mídia profissional mundo afora. Retrocessos sociais com similaridades, mesmo em contextos muito diferentes, indicam a dimensão relacional da técnica. Cesarino afirma que a desintermediação do sistema de peritos anterior é acompanhada pela reintermediação algorítmica. De qualquer modo, há mediação, engendrada por multinacionais estadunidenses, em vez do Estado ou sociedade civil. As características da plataformação – como a personalização, rastreabilidade e publicidade infinita – pasteurizam os discursos e as práticas. Vieira Pinto (2005) repreende os exercícios de *futurologia*, inevitavelmente de cunho conservador, pois as projeções tomam como dadas as condições atuais e desconsideram suas dinâmicas e contradições.

Gillespie (2010) discute como os algoritmos moldam as políticas de informação de forma contraditória: as plataformas facilitam a expressão dos usuários, contribuindo para uma nova forma de protagonismo, enquanto se eximem de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo hospedado, mesmo aqueles impulsionados por pagamento. Ainda que tal protagonismo sofra os vieses das plataformas, esses espaços são, em geral, socialmente percebidos como neutros e igualitários. Baseado na promessa de objetividade técnica, o atual ecossistema digital molda o discurso público ao produzir/fomentar perfis e agendas que lhes interessam, legitimando formas de conhecimento e visibilidade. Os algoritmos são alçados como *estabilizadores de confiança* (Gillespie, 2018, p. 106), por automatizarem atividades que se livrariam da parcialidade da subjetividade humana.

Diferentes correntes sistêmicas dialogam com esse recorte, como a análise realizada por González de Gómez (2012) sobre o regime de informação vigente à época, marcado pelas relações de poder desiguais entre atores plurais em canais concorrentes, com visibilidades atribuídas ou negadas. As plataformas, constituintes do regime atual, reorganizam antigas assimetrias na esteira das inovações técnicas, introduzindo decisões que carecem de transparência, participação popular ou escrutínio público, esquivas à regulação governamental. Os oligopólios das *big techs*, sediados majoritariamente nos Estados Unidos, incorporam no desenvolvimento de suas forças produtivas o trabalho da grande maioria da população dos países restantes, especialmente no sul global.

A divisão internacional do trabalho nos mantém como consumidores de produtos estrangeiros de alto valor agregado. Resgatando a tradição latino-americana da teoria da dependência, Barreto e Lopes (2024) relatam a inflexão no projeto brasileiro de soberania tecnológica, pois, nos meados do século XX, o Estado articulava projetos de substituição de importações e logrou deter o controle das telecomunicações. Contudo, as políticas neoliberais e a crescente financeirização na virada do milênio acabaram por dismantelar as instituições responsáveis, como a Telebrás. Estabeleceu-se o modelo privado de informática que fora deflagrado nos Estados Unidos: “a plataformação se deu com uma presença muito minoritária, para não dizer inexistente, da ideia de serviço público provido pelo Estado” (Ibidem, p. 25).

Crescem, então, as demandas por soberania tecnológica ou digital. Os autores defendem a soberania como um projeto político amplo e integrado para o país, envolvendo a propriedade das infraestruturas, a proteção dos dados dos usuários e a definição dos objetivos e conteúdos das distintas aplicações. Trata-se de uma “soberania tecnológica popular” (Barreto; Lopes, 2024, p. 34), voltada para atender às necessidades da população e não apenas à lógica da acumulação monopolista e da concentração transnacional de capital.

Também a Coalizão Soberania Digital Democrática e Ecológica (Rikap et al., 2024) elaborou um plano de ação político para conformar um ecossistema digital liderado pelo público, voltado às pessoas e ao planeta. Contando com cerca de 40 indivíduos e organizações de vários países, entre acadêmicos,

ativistas e veículos de comunicação, o plano reconhece a necessidade da intervenção sistêmica e o papel crucial dos governos para garantir o bem público, a despeito das narrativas liberais hegemônicas sobre tecnologia. Assim, a Coalizão demanda soberania digital ancorada em protagonismo social, reivindicando o domínio sobre a produção e implantação das tecnologias que se tornaram essenciais.

É sobre infraestrutura, mas também superestrutura. Por dominar a base, as *big techs* estão monopolizando os espaços de produção e circulação de ativos intelectuais, como os dados, o conhecimento e a cultura em geral, conteúdos que as permitem estruturar recortes, controlar narrativas e se apropriar de bens públicos. Essa discussão aborda a soberania sob as três dimensões do presente estudo, a política, a ética, e a epistemológica. A soberania, tradicionalmente se referindo à autoridade máxima em um território, é legítima e representativa do Estado Democrático de Direito quando reflete os saberes protagonizados por diferentes segmentos populacionais. A vontade popular mediada por instâncias de participação, analógicas e digitais, reflete o conteúdo dos bens comuns a serem negociados pela democracia.

O olhar ético: mediação da informação e pluralidade para soberania

A noção de transferência da informação, cara ao debate sobre plataformas digitais, foi discutida por González de Gómez na década de 1990. A autora denomina a transferência da informação como “conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso” (González de Gómez, 1993, p. 217). A premissa epistemológica do alcance e da uniformidade formal e linguística dos indivíduos, outrora constituintes da esfera pública burguesa, foi substituída pela pretensa uniformidade dos dados, programas, códigos, mensagens e modelos de realidade oriundos da globalização dos mercados associada à mediação das TICs (González de Gómez, 1993).

Trinta anos atrás, a autora problematizou a suposta neutralidade e uniformidade das novas estruturas cognitivas de emissores e receptores, bem como representações coletivas e estéticas, afinal, “informação e conhecimento são olhados em um contexto de ação social, e os valores que orientam sua geração e transmissão não são, de modo necessário ou dominante, os de verdade e objetividade” (González de Gómez, 1993, p. 217). O conceito de informação reflete as mudanças, os deslocamentos culturais (ou paradigmas) da relação do pensamento com o real. Assim, o argumento de que a pulverização das TICs excluiu intermediários é mecanismo do processo de alienação. Do demiurgo platônico à desordem informacional, há sempre um princípio organizador e mediador de sentido.

Porém, mediação é um conceito polissêmico e assume diferentes funções a depender da área do conhecimento. Bastos (2012) comenta que o *Vocabulário Português e Latino*, publicado no século XVIII, definiu mediação como intervenção com fins à negociação entre partes, significado semelhante ao de mediação em alemão; já o *Diccionario da lingua portuguesa* situava como interposição e reconciliação. De acordo com o autor, até meados do século XX, não havia evidência de aproximação do conceito de meio/*médium* a objetos técnicos, como o telégrafo. Enquanto na América anglófona ganhou força a aproximação do conceito de “meio” aos chamados meios de comunicação de massa, como rádio e televisão, transformando-os em “objetos empíricos de uma realidade comum” (Bastos, 2012, p. 58), na tradição germânica, *medium* e *media* não constituem os objetos técnicos em si mesmos, mas uma modulação centrada na medialidade, ou seja, naquilo que é mediado a partir de uma força que incide no *medium*, qualquer que seja esse meio.

Na comunicação social, as teorias da mediação e da medialidade, em diálogo com outras correntes como os estudos culturais e as teorias críticas, revelam as contradições, assimetrias e particularidades das relações sociais refletidas na produção e apropriação infocomunicacional a partir da construção simbólica.

Desloca-se o olhar de um objeto empírico coisificado para assumir um complexo cultural e sociopolítico de produção e uso dos chamados meios de comunicação. Fundamentada na ciência da informação, Martins (2018) sintetiza: mediação pode ser vista como um conjunto de valores e práticas compartilhados; lugares de memória; a instância que garante a vida social e opera a relação entre singulares, particulares e coletividade; o operador do vínculo social; elo; ação construtora de sentidos que transforma; aquilo que intervém em um processo infocomunicacional para abertura de novas dimensões.

Neste trabalho, mediação é a instância que garante a existência sociopolítica do agente, usuário e cidadão, em seu direito de acesso, produção, representação e comunicação qualificada da informação. Nos termos de Gomes (2020, 2021), o operador de garantia do protagonismo social e, por isso também, um operador da ética. A autora sugere uma perspectiva sociointeracionista da informação, localizando a relação dialética entre contexto, mediador, informação e usuário. O protagonismo social não seria apenas um fim, mas uma condição da práxis informacional. Ancorada em Paulo Freire, Lev Vygotsky e Antonio Gramsci, Gomes (2021, p. 6) salienta que a informação se dá nas relações sociais, “informação como estado de compartilhamento”, suscitando a reflexão da perspectiva ética.

Na ação mediadora, não há técnicas puras, mas processos e fenômenos intersubjetivamente políticos visto “abandonar a máscara da neutralidade” (Gomes, 2021, p. 3) — de agentes e suportes, tais como as plataformas contemporâneas. Em um sistema neoliberal, a informação não se restringe a simples recurso econômico, mas, dialeticamente, mantém-se como recurso para a justiça social por meio da mediação consciente. Informação não é uma coisa (Buckland, 1991), mas um fenômeno, aproximando-se da teoria germânica da medialidade, bem como de Estivals (1981) no campo informacional, que sustenta a noção de circuito de documentos, em detrimento da *empíria* hipodérmica estadunidense dos meios de massa.

Na teoria dialética da informação de ordem francesa, especificamente estivalsiana, escrito e documento não são elementos de identificação mútua, ou seja, não exprimem um conhecimento como um espelho, de maneira fixa, essencialista ou pragmatista. Em outras palavras, acesso não garante conhecimento porque o documento (como um *post* nas mídias sociais) não é evidência de conhecimento por si mesmo, autônomo, mas existe em relação. O escrito, o inscrito e o documento integram circuitos correspondentes a indústrias culturais distintas, necessariamente editados em vinculação à vida social, econômica, política, tecnológica, militar e científica, posto a luta de classes. A publicação não é neutra na origem, no canal de mediação e distribuição, nem na recepção interpretativa. Vale lembrar que origem, mediação e distribuição são dependentes da soberania, quer em sua face digital, quer em sua vertente política, e que a recepção interpretativa se junta ao protagonismo social possível.

Nesse contexto, Santos Neto e Almeida Junior (2017) argumentam que, para além da informação registrada, o profissional da informação deveria se preocupar com a mediação, com foco na intervenção em múltiplas manifestações de linguagem, explícita ou implicitamente. Valle, Quintslr e Saldanha (2021) lançam luz à amplificação dessa ação sobre a informação trazendo a expressão “Estado de mediação”, que sugere uma figuração, por referir à ocorrência permanente do mediar na relação informacional entre o Estado e o cidadão ou, no linguajar de Rendón-Rojas (2018) e Gomes (2020), o sujeito informacional que almeja o protagonismo social.

No caso da informação no âmbito da gestão pública brasileira, cabe observar os sinais contraditórios em relação ao protagonismo. Há diferentes lacunas no conhecimento e articulação estatal sobre questões contra-hegemônicas e segmentos sociais marginalizados nas estatísticas oficiais e, portanto, nas políticas públicas, tais como as populações autistas, em situação de rua, LGBTQIA+, entre tantas outras. As lacunas são de distintas ordens ou tipos lógicos, por exemplo, a ausência de regularidade temporal e de harmonização metodológica nas estatísticas oficiais de segurança pública no país (Quintslr, 2024) ou a precariedade do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, instituição que documenta o período ditatorial iniciado em 1964. Por outro lado, pode-se apontar alguns avanços localizados ou disputas

travadas nessas mediações. O poder judiciário, através do Supremo Tribunal Federal, vem se posicionando firmemente atento e contrário à propagação de notícias falsas, bem como o governo brasileiro esboçou reação negativa ao anúncio da empresa Meta sobre afrouxar a verificação da veracidade das postagens em suas redes.

Tais contradições se conectam ao outro sentido atribuído à expressão “Estado de mediação” que refere também a uma configuração presente desde o século XIX com a emergência do Estado moderno e da administração pública orientada pela documentação, posteriormente pensada como disciplina científica por Paul Otlet. Com base em Otlet, em 1968 Estivals publica o primeiro número da *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, uma publicação que situa a informação na dialética, mobilizando uma teoria do conhecimento em confluência com teorias da arte, não tão popular nas Américas, entretanto, disseminada “da França à Rússia, passando por tradições do leste europeu e avançando pelo norte da África, repercutindo e fomentando a produção do conhecimento em escolas desconhecidas ou silenciadas pela esfera anglófona internacional” (Saldanha, 2018, p. 199-200).

Nessa esteira, Saldanha (2020) sugere a ideia de democracia documentária. Uma vez que a ciência da informação opera com o tratamento da informação para garantia de acesso e posterior recuperação, base de funcionamento de qualquer sistema de informação, *online* ou *offline*, cria-se uma infraestrutura linguística de representação de coisas, seres, comunidades e saberes. A gestão da infraestrutura de dados e representação via metadados, no pensamento de Saldanha (2020), é mais do que um gesto ético, é um projeto democrático obrigatório com fins à soberania e à justiça social. A faceta documentária da democracia apresentaria, assim, a metainformação como a dialética do povo, tornando-se a condição necessária para a cidadania e soberania. Na visão do autor, é por meio das redes documentárias e das guerras (meta)informacionais (Saldanha, 2020) que um povo se apresenta, é conhecido e legitimado.

Integridade da informação vai além de informação qualificada: demanda representação coerente, justa e verdadeira para que seja tão completa quanto possível, bem recuperada e não se perca na opacidade dos filtros algorítmicos, ideológicos ou cognitivos e controles semânticos obrigatórios das técnicas de indexação, garantindo sua adequação à consolidação de relações democráticas e do protagonismo social em conexão com a soberania.

O olhar epistemológico: o idealismo da integridade da informação

Nos âmbitos internacional e local, o ecossistema infocomunicacional contemporâneo tem sido crescentemente perturbado por matizes da desinformação, do discurso de ódio, das produções sintéticas de conteúdo por meio de inteligência artificial generativa e de uma variedade de práticas algorítmicas nocivas em favor de interesses particulares. Essa “perturbação estratégica de espaços públicos e coletivos de provisão de informações” (González de Gómez, 2022, p. 185) delinea uma dita desordem informacional (Wardle; Derakhshan, 2017), provocando uma mudança qualitativa na esfera pública e suas dimensões de governança. Sobretudo, expõe ameaças sistêmicas à soberania e a aspectos também conexos ao protagonismo social, à democracia, à coesão comunitária e à própria vida.

Dentre tais ameaças, González de Gómez (2022) destaca a fragilização de protocolos e normas criados para sustentar a credibilidade da informação. No que diz respeito à gestão pública brasileira e a diferentes instâncias estatais, a temática foi abordada por Lopes, Quintslr e Schneider (2025) que destacaram, a título de exemplo, o afrouxamento de boas práticas em estatísticas oficiais, que culminou com a escassez de recursos alocados para a realização do último censo populacional brasileiro.

Pelo viés epistemológico, um ponto de convergência teórico dos atuais debates sobre esse ambiente informacional consiste na qualidade da informação. Muito embora questões relativas à fragilização dos filtros remontem ao final do século XX (González de Gómez, 2022), o surgimento incremental de práticas algorítmicas renovam esse estudo. É o caso da abordagem verística da informação,

vista como um caminho para a ciência da informação contemporânea, pois reflete sobre as “condições de verificabilidade e autenticidade da informação em seus contextos de manifestação” (idem, p. 181), ancorada na epistemologia social, bem como nas iniciativas referentes à integridade da informação. O desenvolvimento de novas roupagens para ambos conceitos mostra uma virada epistemológica para as ciências da informação e comunicação, em que relevância e qualidade da informação se equiparam como características desejáveis.

No Brasil, em 2024, o debate sobre a integridade da informação ganha proeminência institucional ao longo das atividades do G20, fórum internacional formado pelos países que possuem as maiores economias do mundo, a fim de discutir e coordenar políticas econômicas com impacto global. A crescente popularidade da temática em curto espaço de tempo, porém, suscita uma questão: o conceito de integridade da informação possui qualidade epistêmica? A trajetória ao longo das últimas décadas revela a fragilidade da sua construção, marcada por uma miscelânea de conceitos entre saberes diversos, somando-se às limitações da recente reformulação, ainda pouco amparada pela literatura científica.

A polissemia do termo persiste como aspecto insuperado, como já alertado por Nayar (2004). Porém, alguns critérios principais para mensurar a qualidade da informação começaram a ser reconhecidos a partir da delimitação do escopo conceitual da integridade da informação por Boritz (2005), em olhar voltado à gestão da informação. Compreendida como condição essencial à qualidade da informação, a integridade da informação baseia-se nos atributos confiabilidade, relevância, usabilidade, qualidade e valor da informação, sendo definida como “a fidelidade representacional da informação à condição ou assunto que representa” (Boritz, 2005, p. 262, tradução nossa).¹

Mais recentemente, a diversificação das investigações relativas à integridade da informação em cada vez mais ciências sociais alargou as fronteiras deste debate, atravessando temáticas como ética em pesquisa, plágio acadêmico e modelos de aprendizagem de máquina para detecção de notícias falsas. Uma adaptação particular que o termo recebe se refere à ampliação de sua aplicação, no contexto de sociedades democráticas, tanto para descrever esforços de combate à desinformação no ecossistema digital, quanto recomendações para melhorar a resiliência da soberania informacional dos países.

Desde o final da década de 2010, o uso do termo integridade da informação vem se tornando um movimento marcado tanto por instituições multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como coalizões de governos, em reconhecimento de que o acesso à informação confiável se faz necessário para o exercício da cidadania em democracias (Yadav; Wanless; Lai, 2024). Suas novas vestes conceituais transmitem como ideias principais a centralidade desse debate para as democracias contemporâneas e o viés coletivo acerca da normatividade do termo (Santos, 2024).

O primeiro uso do conceito pela ONU ocorre em 2023, quando foi publicado o relatório Informe de Política para a Nossa Agenda Comum: integridade da informação nas plataformas digitais e solicitada a elaboração do Código de Conduta das Nações Unidas para Integridade da Informação em Plataformas Digitais. O código de conduta culminou no desenvolvimento dos Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação, publicado em 2024, a fim de determinar uma estrutura para manter a veracidade e a confiabilidade de um ecossistema informacional saudável. Os cinco princípios elencados correspondem à confiança e resiliência social; incentivos saudáveis; capacitação pública; mídia independente, livre e plural; transparência e pesquisa (ONU, 2024).

Observa-se, assim, uma mudança de enfoque sobre o ambiente informacional. Santos (2024) argumenta que o uso contemporâneo do conceito de integridade da informação opera um deslocamento de vieses sobre o atual ecossistema infocomunicacional, isto é, dos fenômenos negativos que perturbam o espaço público para a proposição de ações positivas rumo à construção de um ambiente dito democrático

1 No original: “*Applied to information, integrity is the representational faithfulness of the information to the condition or subject matter being represented by the information*”.

ou saudável. Essa nova perspectiva recai sobre a narrativa bélica de enfrentamento à desinformação, em uma espécie de transmutação moral e política em direção à integridade da informação.

Contudo, atribuir um valor axiológico positivo à integridade dos dados de modo que esta se torne panaceia das mazelas informacionais pode ser insuficiente e temerário. O aparente idealismo que reveste esse conceito, por sua vez, colide com a ausência de conceituação adequada e consistente. Com essa lacuna, é difícil imaginar como a sua compreensão poderia se traduzir, de forma coordenada, em políticas e práticas efetivas para a sociedade. Ironicamente, tal fragilidade teórica abala a consistência do renovado conceito, pautada como um de seus atributos: “a integridade da informação refere-se à precisão, consistência e confiabilidade da informação” (ONU, 2023, p. 5).

Ao investigar os principais obstáculos à clareza conceitual nas ciências sociais, Sartori (1975) atenta para uma tendência babelizante de referência a conceitos vagos, em vez de demarcações conceituais claras. A crescente combinação de palavras utilizadas para novos conceitos com antigos sentidos, sem o rigor conceitual exigido, acarreta uma crise terminológica, por sua vez, muito decorrente da perda de ancoragem semântica e histórica. Um fator que associa a isso é o que chama de *frenzy of novitism* (Sartori, 1975, p. 9), um apelo ao novidatismo pelos pesquisadores das ciências sociais.

Embora a integridade da informação circule cada vez mais pelo léxico político e em sentidos que exorbitam aqueles originalmente propostos, em sua condição atual, o conceito é, com frequência, abordado como se estivesse posto, compreendido e consolidado. Trata-se de um equívoco, já que não há consenso nem entre as partes interessadas que o utilizam, nem em um único campo do saber (Yadav; Wanless; Lai, 2024). Tampouco se esteve próximo de qualquer conceituação fixa e universal à época de sua concepção original.

Outra fragilidade desse conceito em sua forma atual está na margem de interpretação indevida, como se a informação fosse o exclusivo objeto da desejada integridade, na condição de unidade informacional, ao invés dos fluxos comunicacionais em que se insere (Santos, 2024). Isso significa que o conceito precisa abarcar com mais precisão e densidade teórica, como um de seus elementos primordiais, a mediação da informação que ocorre nesse ambiente que se pretende íntegro. Um passo nessa direção pode ser verificado em Araújo (2024), ao associar a ideia de integridade da informação às ações de mediação da informação em contextos de desinformação, a partir dos processos que envolvem sua produção, circulação e uso.

Outro caminho possível é adotar uma perspectiva sistêmica para refletir sobre o conceito de integridade de informação, considerando a complexidade e o desequilíbrio de dinâmicas, regras, autoridades e atores públicos ou não envolvidos nesses fluxos comunicacionais, a partir do conceito de regime de informação (González de Gómez, 2012). Afinal, na base do debate sobre integridade persistem as disputas simbólicas e materiais na atribuição de valor sobre o que é informativo.

Como fenômenos sistêmicos, as reflexões sobre a política externa brasileira também se aplicam à realidade da política interna. Segundo Magnotta (2024), a multipolaridade transforma a redistribuição do poder entre atores estatais e não estatais, contestando as normas e instituições que vinham sustentando a ordem liberal das últimas décadas. Magnotta afirma que a política brasileira tem buscado autonomia por meio do pragmatismo com três objetivos fundamentais: o desenvolvimento, a diversificação de riscos e a democratização de vozes, que demandam representatividade institucional. A capacidade de navegar entre múltiplos fluxos infocomunicacionais enquanto se constroem diálogos com diversos atores se torna uma fonte de poder em si.

Para isso, a forma de mediação pró-soberania, no sentido democrático e plural constitucional, visa assegurar o protagonismo social. Ocorre, então, a dialética da intersubjetividade, tanto viabilizando trocas e negociações, quanto conformando fluxos e conteúdos em prol da integridade da informação, repleta de contradições e permeada por amplas relações. A fim de superar a falácia da desintermediação da comunicação nas plataformas digitais, a reintermediação algorítmica sem qualquer participação dos

governos e cidadãos soa como uma alerta ao Estado de bem-estar social.

Considerações finais

A perfilização massiva realizada pelas plataformas digitais não cumpre a promessa de objetividade para representar e mediar a complexidade do real. O direcionamento para a fragmentação do real vai ao encontro de valores neoliberais, contrários ao protagonismo social e aos atos coletivos voltados ao bem comum, assim como à soberania em suas múltiplas facetas, tendendo à desinformação, no lugar de combatê-la. Se a lógica algorítmica é eficaz para seus próprios fins, desconsidera a ética e a tomada de responsabilidade democrática.

A garantia do protagonismo social se faz na intencionalidade orientadora da mediação da informação, um princípio ético cuja viabilidade merece ser analisada no contexto das plataformas e pela noção de “Estado de mediação”, que ora é sensível ao protagonismo social, ora exerce sua dominação autoritária. O olhar integrado para os processos de mediação e suas intencionalidades é indicado como um desdobramento pertinente do presente ensaio.

A faceta documentária da democracia seria, então, o motor da mediação informacional pelo Estado, condição necessária à cidadania, ao mesmo tempo em que se estabeleceria como única forma de soberania do Estado. Assim, revisitamos o conceito de integridade e a abordagem verística da informação, a fim de deslocar o debate para medidas de mitigação da desordem atual. O aprofundamento teórico da integridade da informação busca contribuir para que o conceito possa caminhar junto à coordenação de políticas públicas para promover e proteger o ecossistema informacional, examinado criticamente em sua infraestrutura. Nesse sentido, a lacuna observada quanto à conceituação do termo oferece uma oportunidade para a comunidade acadêmico-científica do sul global aprofundar essa discussão de maneira inclusiva.

A argumentação neste ensaio sustenta que a desordem informacional se beneficia da multiplicação de canais e atores sociais sem a rearticulação na complexidade do real que é requerida pelo protagonismo democrático. Levando em conta os condicionantes políticos, éticos e epistemológicos, propõe-se, como um princípio, o ecossistema público analógico e digital para além dos dispositivos privados, com a presença do Estado democrático mediador mobilizado para o protagonismo social e para a soberania.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto. Integridade da informação: nova problemática para a mediação da informação. **Informatio**, v. 29, n. 2, p. e206-e206, 2024.

BASTOS, Marco Toledo. *Medium, media*, mediação e midiatização: a perspectiva germânica. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda. **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. 327p.

BARRETO, Helena; LOPES, Ruy. Soberania tecnológica e disputa por hegemonia em um mundo em transformação. **Revista SER Social**, Brasília, v. 27, n. 56, 2024. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/55499. Acesso em: 23 de julho de 2025.

BORITZ, J. Efrim. IS practitioners' views on core concepts of information integrity. **International Journal of Accounting Information Systems**, v. 6, n. 4, p. 260-279, 2005. Disponível em: <https://shre.ink/DyDb>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

BUCHER, Taina. **If... then**: algorithmic power and politics. New York: Oxford University Press, 2018.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso** – verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

DANTAS, Marcos. Dialética da informação: Uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 491-505, nov. 2015.

ESTIVALS, Robert. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 1981.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GILLESPIE, Tarleton. The Politics of 'Platforms'. **New Media & Society**, Chicago, v. 12, n. 3, 2010.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018.

GOMES, Henriette. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez., 2020.

GOMES, Henriette. Dimensão Ética da Mediação da Informação: eixo articulador das demais dimensões e o desafio do intelectual orgânico em favor do protagonismo social. **IRIE: International Review of Information Ethics**, Alberta, v. 30, ago. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Orientações contemporâneas da Ciência da Informação: vinculações com a epistemologia social. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S.l.], v. 11, n. 22, p. 179–198, 2022.

LOPES, Bianca; QUINTSLR, Marcia; SCHNEIDER, Marco. Ruptura de protocolos da informação pública e negacionismo científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2024, Vitória. **Anais [...]** XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Vitória: Ancib, 2025. Espírito Santo. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2307>. Acesso em: 22 de julho de 2025.

MAGNOTTA, Fernanda. The Power and the Pragmatism. **The ideas letter**, [S.l.], n. 28, 14 nov. 2024. Disponível em: theideasletter.org/essay/the-power-and-the-pragmatism. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

MARTINS, Ana. Mediação: perspectivas dialéticas. In: CHAUDIRON, S., TARDY, C., JACQUEMIN, B. (Ed.). **Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire**. Actes du 4 colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Villeneuve d'Ascq: Université de Lille, 2018, p. 63–73.

NAYAR, Madhavan K. Information Integrity (I*I): the next quality frontier. **Total Quality Management & Business Excellence**, [S.l.], v. 15, n. 5–6, p. 743–51, 2004. Disponível em: <https://abrir.link/jixaH>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Informe de Política para Nossa Agenda Comum: Integridade da Informação em Plataformas Digitais**. 2023. Disponível Em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **United Nations Global Principles For Information Integrity**. 2024. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un-global-principles-for-information-integrity-en.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2025.

ORMAY, Larissa. Anthony Wilden e a dialética da informação. **RACIn**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 19-33, jul./dez. 2015.

PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia** – volume 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

QUINTSLR, Marcia. **Classificação de informações estatísticas 2015**: relatório do projeto de avaliação: recomendações e próximos passos. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 107 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, 1518-675X, n. 62).

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. **La lógica del sistema categorial de la Ciencia de la información documental**: un acercamiento dialéctico. Ciudad de México: UNAM, 2018.

RIKAP, C.; DURAND, C.; PARANÁ, E.; GERBAUDO, P.; MARX, P. **Recuperando a soberania digital**: um roteiro para construir um ecossistema digital para as pessoas e o planeta. Coalizão Soberania Digital Democrática e Ecológica, 2024. Disponível em: <https://rgets.org/wp-content/uploads/2024/12/recuperando-a-soberania-digital.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2024.

ROUVROY, Antoinette; BERNIS Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? Tradução de Pedro Henrique Andrade. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 35-56, 2015.

SALDANHA, Gustavo. Democracia documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis, **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-20, out./dez. 2020.

SALDANHA, Gustavo. Epistemologia crítica e social da Ciência da Informação: 50 anos de uma escola dialética. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais [...]** XIX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, 2018.

SANTOS, Nina. Por que precisamos discutir a chamada “integridade da informação”? **Le Monde Diplomatique Brasil**, 06 fev. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/integridade-da-informacao/>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

SANTOS NETO, João; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 27, n. 2, 2017.

SARTORI, Giovanni. **Tower of Babel**: on the definition and analysis of concepts in the social sciences. Pittsburgh: International Studies Association, 1975.

SCHNEIDER, Marco. Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. In. ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: Ibict, 2013.

VALLE, Fernanda; QUINTSLR, Marcia; SALDANHA, Gustavo. Estado de mediação, autismo e a circulação da informação no censo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. **Anais [...]** XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2021.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-aninterdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 08 de julho de 2024.

WILDEN, Anthony. Informação. In: **Enciclopédia Einaudi**. Volume 34 – comunicação – cognição. Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.

YADAV, Kamya; WANLESS, Alicia; LAI, Samantha. Multilateral Efforts on Information Integrity: Why A Clear Definition is Needed. In: **Handbook on Disinformation**: A multidisciplinary analysis. (Eds.) GINSBORG, Lisa; GORI, Paula. Springer: Berlin, 2024.

Monique Figueira é pesquisadora do projeto Baobá de combate à desinformação, uma iniciativa do IBICT com o Fundo de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; coordenação e redação do manuscrito; revisão do texto; e elaboração da versão em língua inglesa.

Bianca Lopes é pesquisadora do projeto Baobá de combate à desinformação, uma iniciativa do IBICT com o Fundo de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; redação do manuscrito; e revisão do texto.

Fernanda Valle é professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; redação do manuscrito; e revisão de texto.

Márcia Quintslr é doutoranda em Ciência da Informação no IBICT/UFRJ e tecnologista do IBGE. Neste artigo, contribuiu com a proposta da ideia original e concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; redação do manuscrito; revisão do texto.